

# Nas margens da Ribeira de Cheleiros: o artificialismo ponderado

“To perceive the landscape is therefore to carry out an act of remembrance, and remembering is not so much a matter of calling up an internal image, stored in the mind, as of engaging perceptually with an environment that is itself pregnant with past. (...) Meaning is there to be discovered in the landscape, if only we know how to attend to it”

Ingold, 1993, p. 153.

## I. Limites de uma arqueologia da paisagem

A área da Ribeira de Cheleiros (concelhos de Mafra e Sintra, Grande Lisboa) é aqui tomada como pretexto para uma reinterpretação das modalidades de povoamento neolítico e calcolítico na Península de Lisboa.

A área em estudo compreende o espaço definido pela bacia hidrográfica de Cheleiros: na sua parte vestibular um curso de água denominado de “Rio Lizandro” e na parte mesial e terminal chamado de “Ribeira de Cheleiros”.

Partindo de um espaço tão circunscrito, pretende-se uniformizar leituras perdidas de uma investigação centenária dispersa em dezenas de títulos sumários, bem como introduzir alguns novos elementos à enorme massa documental do Calcolítico regional.

O estudo das características espaciais de uma área específica, enquadrado numa cronologia definida, é frequentemente imbuído de uma pernicioso simplicidade, que reduz a complexidade de leituras possíveis a uma abordagem economicista.

A fragilidade das perspectivas cartesianas da arqueologia espacial processual conduziu a uma rápida falência dos seus instrumentos: polígonos de Thiessen, *site catchment*, lugares centrais e modelos gravitacionais são alguns dos meios utilizados acriticamente por uma determinada leitura do espaço. Este determinismo é particularmente utilizado para as comunidades pré-históricas, nomeadamente as do Neolítico e Calcolítico, em que o meio natural é tido como motor de mudança: a “dita” desertificação do ambiente para o Calcolítico do Sudeste ou a alteração post-flandriana como causalidade para o processo de neolitização disso são exemplo.

Os limites dos modelos explicativos de uma arqueologia espacial processual apelidada de “behaviorist, functionalist, positivist or evolutionist” (Yoffee e Sherratt, 1993) não me impedem de considerar de inegável importância “ler geograficamente” a realidade arqueológica (Gonçalves, V., 1992) e de reconhecer que a “escola geográfica” de Higgs, Vita-Finzi, Flannery ou David Clarke trouxe contribuições muito *positivas* ao pensamento arqueológico. A avalanche de críticas do pós-processualismo não foi acompanhada de novas abordagens espaciais, reafirmando-se apenas a necessidade de inserir novos níveis de leitura (para além do económico e ecológico) e escorando-se numa abordagem textual ao espaço num exercício de *Semiótica da Paisagem* (por exemplo Thomas, 1993; Tilley, 1995). Será por isso fundamental ponderar de que forma alguns dos instrumentos veiculados pela *New Archaeology* podem ser utilizados de um modo crítico e multifacetado.

A opção consciente de uma escala de análise tão determinadamente ecológica como é o estudo do povoamento de uma bacia hidrográfica é quase um acto de coragem para a arqueologia deste fim de milénio. São muitos os limites de uma abordagem desta natureza, os quais irei procurar ultrapassar através de uma posição de permanente crítica e de multiplicidade de critérios.

Uma interpretação abrangente do espaço físico em que se inscrevem vários registos da presença humana, incluindo sítios de habitat e espaços do sagrado, deverá incluir níveis de leitura diversos: recursos disponíveis, implantações dominantes, áreas ocupadas, territórios, condicionantes históricos, marcas na paisagem face ao povoamento contemporâneo.

A compreensão da dinâmica de um espaço deverá igualmente procurar individualizar os diversos momentos da paisagem evitando uma leitura trans-temporal em que o espaço físico surge como entidade rigidamente imóvel. Esta perspectiva diacrónica refere-se não somente às modificações sensíveis que a paisagem sofreu, mas também aos vários tipos de sociedade.

É obvio o carácter limitado das fontes disponíveis para este trabalho sendo indispensável a prossecução de trabalhos de prospecção sistemática em toda a área em análise e de escavação em alguns dos sítios referidos.

## 2. A operacionalidade da definição de uma área de estudos

A escolha de um critério para delimitar uma área de estudo será sempre um acto profundamente subjectivo devendo por isso previamente enunciar os parâmetros escolhidos para condicionar a investigação. Correndo sempre o risco de aplicar ao real limites inexistentes, e de criar falsas unidades, a definição de áreas de estudo é de extrema utilidade para o investigador hesitante. Optar por áreas de estudo bem definidas e de pequena escala é assim um instrumento de trabalho que deverá estar fundamentado por alguma coerência intrínseca mas que não pretende estabelecer qualquer tipo de limites que espartilhem a realidade, evitando “to put boundaries that do not exist around regions that do not matter” (Tilley, 1995).

A aplicação de “limites lineares” a uma realidade cultural pouco definida é sempre problemática, sendo muitos os casos de regiões historicamente bem definidas mas que apresentam paisagens heterogéneas. Mesmo para estudos puramente geográficos, os limites lineares só são utilizados quando têm base no solo (geologia, solos) ou na passagem de uma forma de relevo para outra (Ribeiro, 1987, p. 67).

A aplicação de limites, mais ou menos fluídos, a comunidades pré-históricas é sempre problemática, espartilhando uma realidade que é intrinsecamente fluída. Se a definição de áreas culturais já pressupõe uma imagem limitada, buscar limites dentro destas é porventura ainda mais arriscado. Definir fronteiras pressupõe a existência de espaços de transição entre uma unidade coerente (Castro Martínez e Marcén, 1989) que se afirma perante um *outro* com quem se estabelece uma relação antagónica, de cooperação ou apenas de convivência. Os critérios que nos podem indicar unidades com um desenvolvimento específico são todos eles deterministas e de difícil interpretação no registo arqueológico: indicadores ecológico-económicos, sociais e políticos ou da sua cultura material (Díaz-Andreu, 1989).

A escolha de um espaço definido não exclui a consideração exaustiva das realidades envolventes e que decerto se inter-relacionavam com os sítios de habitat e necrópole localizados dentro da área em estudo.

No caso do povoamento dos IV e III milénios a.C. da Península de Lisboa, a enorme massa de *data* disponível (em moldes fragmentários e desiguais) e a diversidade de paisagens desta área torna pertinente a selecção de uma área de estudo com limites concretos ainda que estes não excluam a consideração de outras realidades exógenas.

No presente trabalho, defini como critérios delimitadores de área de estudo, elementos de índole geográfico. A coerência desse espaço passa pelas suas características geomorfológicas, geológicas e principalmente pela sua envolvência hidrográfica: a área subsidiária da Ribeira de Cheleiros. Genericamente esta pode ser considerada uma paisagem individualizável no âmbito da Península de Lisboa, e mais concretamente na plataforma litoral a Norte da Serra de Sintra. A ausência de investigações concertadas nesta área (sobretudo no concelho de Mafra) torna urgente este tipo de estudos, sobretudo perante o ritmo de desenvolvimento numa área ainda preservada no espaço da Grande Lisboa.

A apresentação das características físicas e culturais da área da Ribeira de Cheleiros será enunciada no segundo capítulo (O espaço da bacia hidrográfica da Ribeira de Cheleiros), procurando identificar as possíveis coerências e incoerências da escolha de uma Ribeira costeira para o estudo do povoamento Neolítico final – Calcolítico da Península de Lisboa.

A recorrente associação entre o povoamento e o litoral parece validar uma relação que não sendo determinista, é perceptível em vários pontos da Península de Lisboa no IV e III milénios a.C., tanto nos rios como nos cursos de água subsidiários do estuário do Tejo.

Para a bacia de Cheleiros a coincidência da localização dos sítios arqueológicos sobre este curso de água pode traduzir não apenas a relação óbvia com um recurso, que aliás é abundante em toda esta área, e com uma via privilegiada para a passagem de recursos, artefactos e ideias, mas também um limite de uma mancha continua de povoamento perceptível desde a Serra de Sintra e outra que se identifica, face à rarefacção de sítios arqueológicos do Neolítico e Calcolítico, a Norte desta área até à área do vale do Sizandro.

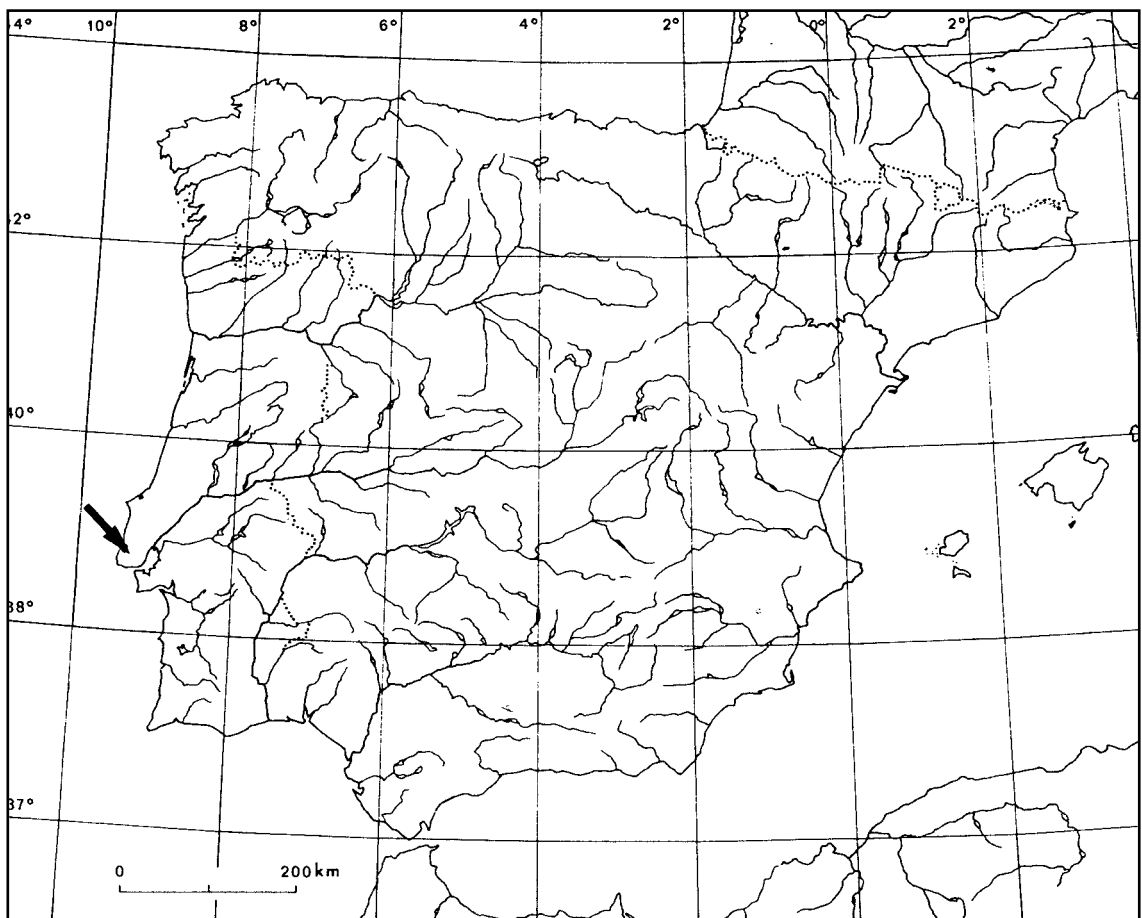


FIG. 1 – A área da Ribeira de Cheleiros na Península Ibérica (base cartográfica: Gonçalves, V., 1989).

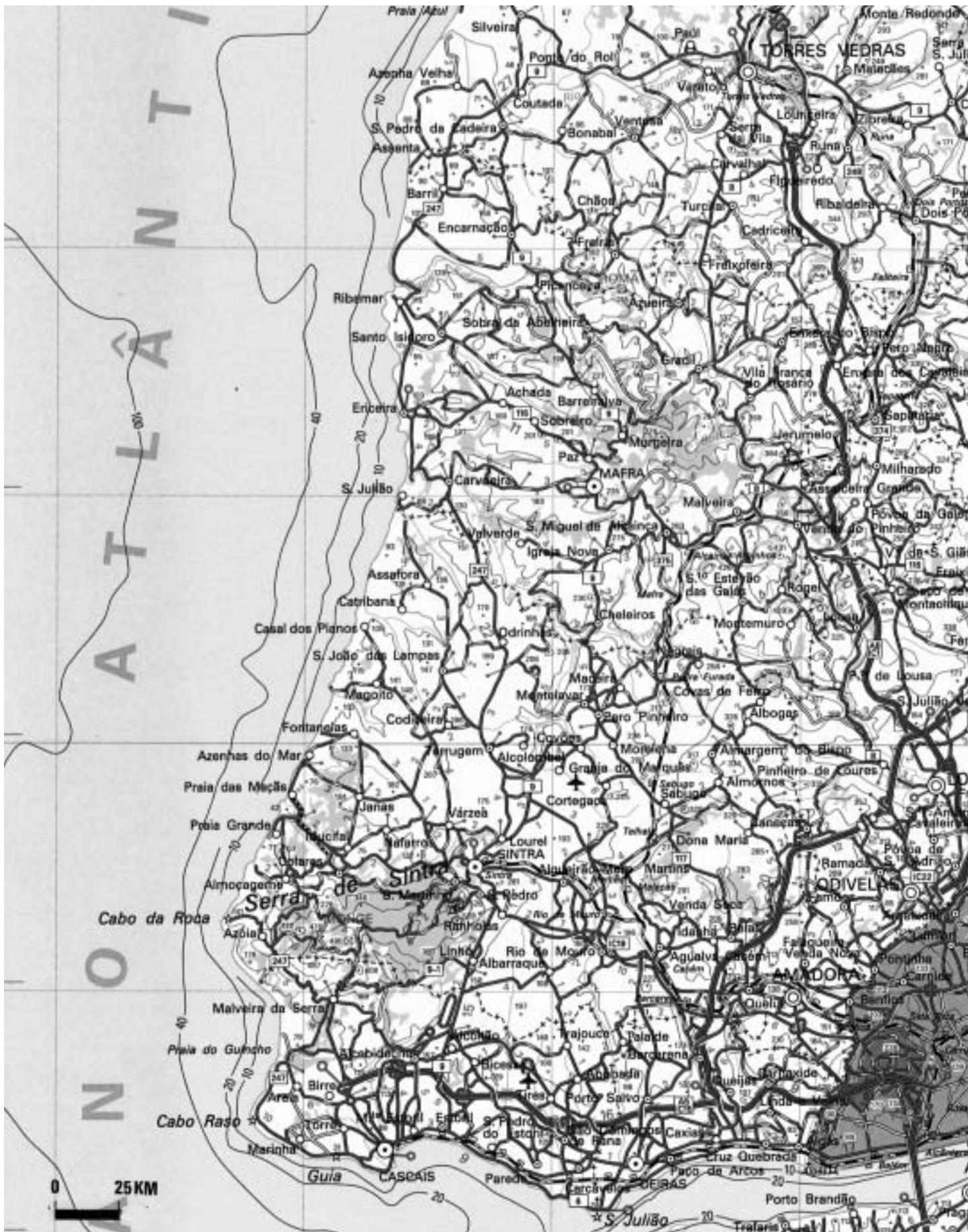




FIG. 2 – A Ribeira de Cheleiros na Península de Lisboa. Escala 1:250 000 (Instituto Geográfico do Exército, fl. 5, 3.ª ed., 1997).